

SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura”	
Documento convocatório: Ofício CBHLSJ n.º 152/2021 de 22 de novembro de 2021	
Data: 07/12/2021 Hora: 10h	Local: Universidade Veiga de Almeida (Campus de Cabo Frio) e Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Francisco R. Guimarães Neto (A.P.A. Amigos da Praia da Pitória); João Paulo da Silva Arruda (P.M. Iguaba Grande); Breno Bento dos Santos (P.M. São Pedro da Aldeia); Eli da Costa Cardoso (Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio); Alexandre Marques Cordeiro (Colônia de Pescadores Z-4 de Cabo Frio); Aline Thomasi (FIPERJ); Convidados: Roni Ribeiro (APAGPLA); (Barragem); Aníbal M. F. (Barragem); Carlos (Barragem); Alexandre S. (Barragem); Waldo dos Santos (Barragem); Wanderlei de Oliveira (Colônia Z-4); Cristiane Mariano (ADAPFIG); Elias Fonseca (ADAPFIG); Ari Nunes (Semmed – Iguaba); Antônio Sérgio (Colônia Z-4); Leonardo Nascimento (CILSJ); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ).	
Pauta: 1. Aprovação de Minutas de Sinopses de Reuniões Anteriores (05/10/2021); 2. Discussão sobre a avaliação dos pedidos de mudança na Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº 02/2013; 3. Assuntos Gerais.	
Resumo: O Coordenador, Sr. Francisco Guimarães, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e, em seguida, abordou o primeiro item de pauta, “Aprovação de Minuta de Sinopse da Reunião Anterior”, sugerindo que a mesma fosse retirada de pauta e apresentada em reunião posterior, o que foi prontamente aceito pelos presentes. Em seguida, passou para a abordagem do próximo item de pauta: “Discussão e Avaliação dos Pedidos de Mudança na Instrução Normativa Interministerial MPA/MMA nº2/2013”. Neste ponto, foi iniciado a apresentação de uma planilha de avaliação elaborada pela coordenação da Câmara Técnica com a definição de critérios e indicadores de resultados sobre: a) - a alteração do período de defeso para crustáceos; b) – alterações nos padrões de uso das artes de pesca permitidas e embarcações empregadas; c) – inclusão de artes de pesca; d) – alteração em períodos de proibição de determinados petrechos; e) – alterações de regras relacionadas às atividades de aquicultura; f) – alterações das regras de uso das estruturas fixas, inclusive dos ranchos de pesca, para propiciar atividades de turismo de base comunitária; g) – alterações nos tamanhos mínimos permitidos para a captura das espécies exploradas na Lagoa de Araruama; h) – revogação da Portaria Ibama nº110/97 e da INI MPA/MMA nº2/13; i) – alterações nos números de rede de barragem de 2 para 3 redes; j) - antecipação do período de gancho de peixe de 15 de novembro para 01 de novembro; l) – mudança na malha da rede de troia de 12 mm para 10mm. Esta planilha, contendo dados relativos sobre a situação atual e futura, visava abordar junto aos pescadores artesanais	

presentes, suas percepções sobre o grau de impacto das mudanças sugeridas nos itens mencionados anteriormente, sendo avaliadas por índices entre -3 e 3, os quais visavam definir se as mudanças produziriam impactos negativos ou positivos sobre os aspectos ambientais, econômicos e sociais, e trariam ainda, resultados sobre a média de pontuação dos aspectos avaliados, e seu somatório final. Assim, foi direcionado pelo Sr. Coordenador, o preenchimento das planilhas, com a contribuição dos pescadores presentes. Durante o preenchimento desta planilha, cada item da tabela entre “a e l”, foi abordado à parte, com as considerações, comentários e deliberações entre os presentes, havendo maior consenso entre alguns, porém, com todos os índices relativos aos aspectos abordados sendo colocados em votação para aprovação da maioria, destacando-se principalmente os seguintes pontos: a mudança da rede de Carapeba, de 25 metros para 2,5 metros; a menção do fato de redes variarem de 500 a 100 metros de comprimento; a alteração de pedido de potência de motor, de 13hp para 18hp; a diminuição de horário de rede de espera; a aprovação de rota de migração da Área III; a abertura da pesca da Tainha passar do dia 15 de novembro para o dia 01 de novembro; e o fato de não ter havido pedido para aumento de malha, mas a padronização de rede. Entre outros comentários pertinentes à discussão, foram mencionados pelo Sr. Coordenador: a necessidade de inserir um parágrafo único para que os ganchos para turismo de base comunitária sejam os pontos de origem, e também, a limitação de tamanho dos ranchos. Assim, após preenchimento dos campos da planilha sobre avaliação de impacto, o Coordenador realizou um resumo de como ficariam as mudanças, o que acredita-se trazer benefícios sociais, ambientais e econômicos mais positivos do que com a situação anterior às mudanças propostas. Dessa forma, com a elaboração e preenchimento da planilha de avaliação, foi realizado o objetivo central da reunião, e seguiu-se para o ponto de pauta seguinte: “Assuntos Gerais”. Neste momento o Coordenador, Sr. Francisco Guimarães, deu prosseguimento à reunião relatando o fato de grande ocorrência de incidentes com pilotos de embarcações após as 17 horas, que se apresentaram embriagados, entre as áreas I, II e III, com risco de causar acidentes, principalmente aos pescadores da área III, no período noturno. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Eli pediu fala, e relatou incidentes que presenciou *in loco*, na Lagoa de Araruama, com pessoas supostamente sob efeito de álcool conduzindo embarcações e aguardando uma espécie de escolta para chegarem a um local que desconheciam, o que segundo ele é temeroso tendo em vista a proximidade com o verão, que proporciona o aumento de turistas na região. Sendo assim, o Coordenador Sr. Francisco Guimarães indicou o encaminhamento por parte da Câmara Técnica, à Capitania dos Portos, solicitando o impedimento de navegação noturna na lagoa para não pescadores, com os seguintes princípios: 1º - não existir uma carta náutica indicando a batimetria da Lagoa de Araruama; 2º - existir artes de pesca fixas por toda a lagoa; 3º - não haver sinalização para um balizamento noturno que possa conduzir as embarcações com segurança. Mediante esses pontos, o Coordenador sugeriu que fosse feita essa proposta à Capitania, e fosse feito um aviso aos navegantes para que a partir das 17h horas fosse proibido o uso de embarcações de esporte e recreação na lagoa. Após abordar este assunto, mencionou ainda uma notícia sobre a Prolagos, que não iriam realizar a transposição de efluentes de São Pedro da Aldeia e Praia do Siqueira, em Cabo Frio, e que estariam contratando um estudo pela Coppe/URFJ, para construção de um emissário que lançaria efluentes tratados no ponto mais profundo da Lagoa de Araruama, e questionou a razão de não estarem considerando prioritariamente o lançamento de efluentes no mar, sobretudo com a alegação de que a Orla Bardô seria afetada por tal lançamento, e ponderou sobre qual localidade é mais importante para ser resguardada de tal lançamento de efluentes, ainda mais considerando o tratamento. Nesse momento, o Sr. Roni comentou que diante da negativa de lançamento de efluentes no mar, o que poderia afetar a orla do município de Búzios, seria questionável a característica do efluente quanto ao grau de tratamento que seria empregado, se seria realmente terciário. Nesse ponto,

houve uma ampla discussão entre os participantes sobre a qualidade da água da lagoa, do efluente que seria lançado, como estes quadros poderiam ser agravados e o que poderia ser feito para ser realizados estudos que indicassem a escolha da melhor alternativa para a questão. Diante da discussão sobre os fatos, o Sr. Leonardo Nascimento mencionou que dados de monitoramento da qualidade da água realizados pelo Instituto Estadual do Ambiente – INEA, inclusive apresentados em outras instâncias do CBHLSJ, como a CT Monitoramento, poderiam ser consultados publicamente no site do instituto, e poderiam ser usados para subsidiar o debate e a tomada de decisão. Disse que alguns pontos monitorados pelo INEA, já apresentam índices considerados ruins, segundo o Índice de Qualidade da Água - IQA, e que tendo em vista o lançamento de efluentes, seria pertinente que esses pontos fosse considerados para avaliação. Com isso, o Sr. Francisco Guimarães mencionou que tais informações seriam importantes para embasar uma ação que visasse defender os direitos e interesses públicos da comunidade de pescadores que poderiam ser afetados por tais efluentes, haja vista que considerando as marés de enchente e de vazante, há dispersão de poluentes pela lagoa. Assim, mencionou a importância de pedir uma audiência com a Prolagos para obtenção de maiores informações a respeito. Assim se seguiu a reunião, com a solicitação do Sr. Francisco, pela apresentação da Nota Técnica nº01 de 25 de Agosto de 2021, da Câmara Técnica de Pesca, a cerca da adequação do período de defeso na Laguna de Araruama, explicando os pontos cruciais da Nota Técnica aos presentes na reunião. Em seguida, foram realizados alguns comentários a respeito das questões apresentadas, sem maiores considerações. Não havendo mais assuntos a serem discutidos, o Coordenador desta Câmara Técnica, Sr. Francisco Guimarães, agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Registro Fotográfico:





Relator: Leonardo Nascimento de Freitas (CILSJ)

Elaborado em: 15/12/2021

Aprovado em: 10/03/2022

FRANCISCO DA ROCHA GUIMARÃES NETO
Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura
CBHLSJ